

Legislativo Federal

SUMÁRIO

Secovi-SP debate em Brasília o comércio de material de construção



Reunião da Comissão de Defesa do Consumidor - 23/5/2024

A **Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)** da Câmara dos Deputados realizou na manhã desta quinta-feira, 23/5, audiência pública para discutir o [PL 6.005/2024](#), de autoria do deputado **Capitão Augusto (PL/SP)**, que **regulamenta o comércio de materiais de construção no Brasil**.

O [projeto de lei](#) proíbe os fabricantes de venderem materiais de construção civil direto para construtoras, pessoas físicas ou jurídicas, obrigando que a comercialização seja realizada por meio de lojas de materiais de construção ou distribuidores autorizados.

A convite do autor da matéria, que também foi o proponente da audiência, o **Secovi-SP** participou das discussões, representado pelo seu presidente executivo **Ely Wertheim**.

Na oportunidade, Wertheim apresentou oposição ao projeto de lei, expondo a dimensão das vendas de material de construção para as construtoras, em relação aos demais consumidores. “Segundo os dados, a indústria de materiais de construção vende apenas 11,5% de sua produção diretamente para as construtoras”, ressaltou.

Ele também destacou a diferença de escala de fornecimento, dizendo que as incorporadoras e construtoras possuem demandas específicas, personalizando o produto com serviço agregado que atenda aquele determinado projeto de empreendimento imobiliário. “A produção imobiliária em escala precisa de serviços agregados (engenharia, projetos, assistência técnica, mão de obra, garantia do material e serviços)”.

Ao final, Wertheim argumentou que mais burocracia à produção imobiliária aumenta a distância entre a sociedade e o direito social à moradia. Ele alerta que a matéria está em contraposição à Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 12.874/2019) e aos princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170 da CF), demonstrando a inviabilidade do projeto de lei.

Participaram também das discussões representantes de Abrainc, SindusCon-SP e CBIC.

Confira a íntegra a [audiência pública](#) no canal da Câmara dos Deputados, no YouTube.

Secovi-SP debate em Brasília o comércio de material de construção p. 1

GTs de regulamentação da reforma tributária p. 2

Nova Lei do Perse é sancionada p. 3

Câmara aprova sanções a invasores de terras p. 3

CDU discute Autogestão de Moradia p. 4

Frente Parlamentar defende construção de nova via entre Baixada e Capital p. 5

Programa Integrado de Gestão de Arborização Urbana avança na CCJ p. 6

Comissão amplia a renovação do Alvará de Licenciamento p. 6



Augusto, autor da matéria e proponente da audiência

GTs de regulamentação da reforma tributária



Lira, em entrevista coletiva - 21/5/2024

Em **entrevista coletiva** na terça-feira, 21/5, o presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira (PP/AL)**, divulgou os **Atos da Presidência** da Casa que criam os grupos de trabalho (GTs) que vão discutir a regulamentação da reforma tributária. Serão dois GTs, com sete parlamentares cada, de partidos diferentes.

O **primeiro Ato** é referente ao grupo que analisará o texto principal da regulamentação da reforma tributária, **PLP 68/2024**. A **proposta** institui a **Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, da **Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)** e do **Imposto Seletivo (IS)**, e contém a maior parte das regras que regulamentam a reforma.

Para este GT, foram designados os deputados **Claudio Cajado (PP/BA)**, **Reginaldo Lopes (PT/MG)**, **Hildo Rocha (MDB/MA)**, **Joaquim Passarinho (PL/PA)**, **Augusto Coutinho (Republicanos/PE)**, **Moses Rodrigues (União/CE)** e **Luiz Gastão (PSD/CE)**.

Durante a reunião de instalação, na quinta-feira, 22/5, o GT definiu a realização da primeira audiência pública na próxima terça-feira, 28/5, com a presença do secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, para explicar detalhes do projeto. O grupo definiu também que irá realizar quatro audiências públicas por semana, todas às terças e quartas-feiras, além de debates nos Estados.



Reunião de instalação do GT de Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024) - 22/5/24



Claudio Cajado
(PP/BA)



Reginaldo Lopes
(PT/MG)



Hildo Rocha
(MDB/MA)



Joaquim Passarinho
(PL/PA)



Augusto Coutinho
(Republicanos/PE)



Moses Rodrigues
(União/CE)



Luiz Gastão
(PSD/CE)

O **segundo Ato** trata do grupo de trabalho que analisará a **atuação do Comitê Gestor do IBS e da distribuição das receitas do IBS entre os entes federativos**. Segundo Lira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se comprometeu a encaminhar essa segunda proposta na próxima semana. Este GT será composto pelos deputados **Vitor Lippi (PSDB/SP)**, **Pedro Campos (PSB/PE)**, **Mauro Benevides Filho (PDT/CE)**, **Luiz Carlos Haully (Podemos/PR)**, **Ivan Valente (Psol/SP)**, **Aureo Ribeiro (Solidariedade/RJ)** e **Bruno Farias (Avante/MG)**.



Vitor Lippi
(PSDB/SP)



Pedro Campos
(PSB/PE)



Mauro Benevides
Filho
(PDT/CE)



Luiz Carlos Haully
(Podemos/PR)



Ivan Valente
(Psol/SP)



Aureo Ribeiro
(Solidariedade/RJ)



Bruno Farias
(Avante/MG)

Lira disse que todos os integrantes dos GTs serão relatores. Quando o texto final chegar ao Plenário, um dos membros de cada grupo assinará o texto como relator, para se adaptar ao Regimento Interno da Casa.

Os GTs terão 60 dias a partir, das suas instalações, para concluir os trabalhos. O objetivo é aprovar o texto ainda neste semestre.

Nova Lei do Perse é sancionada



Brasão da República

Foi publicada no **Diário Oficial da União** de 23/5 a [Lei 14.859/2024](#), que retoma e **reformula incentivos do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)**. Originada do [PL 1.026/2024](#), dos deputados José Guimarães (PT/CE) e Odair Cunha (PT/MG), a matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Criado em 2021 para ajudar empresas que tiveram de paralisar as atividades durante a pandemia de covid-19, o programa estabelece um teto de R\$ 15 bilhões para os incentivos fiscais, com validade até dezembro de 2026, e beneficia empresas de 30 tipos de atividades econômicas do setor, incluindo turismo, cultura e esporte.

O Perse oferece suporte para o desenvolvimento da economia criativa no País, que responde por cerca de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) e emprega aproximadamente 7,5 milhões de pessoas em mais de 130 mil empresas formalizadas.

Entre as empresas que podem ser beneficiadas, estão as que operam no ramo de hotelaria; bufês para eventos e recepções; aluguel de equipamentos recreativos, esportivos, de palcos; produção teatral, musical e de espetáculos de dança; restaurantes e similares; bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas; cinemas; e agências de viagem, entre outras.

Câmara aprova sanções a invasores de terras



Sessão plenária da Câmara dos Deputados - 21/5/24

O **Plenário** da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 23/5, o [PL 709/2023](#), de autoria do deputado Marcos Pollon (PL/MS), que **estabelece restrições e impedimentos para invasores e ocupantes ilegais de propriedades rurais e urbanas**.

O texto aprovado é um **substitutivo** do relator, deputado Pedro Lupion (PP/PR). Pela proposta, quem praticar o crime de invasão de domicílio ou de esbulho possessório fica proibido de:

- participar do programa nacional de reforma agrária ou permanecer nele, se já estiver cadastrado, perdendo lote que ocupar;
- contratar com o poder público em todos os âmbitos federativos; e
- receber benefícios ou incentivos fiscais, como créditos rurais;
- ser beneficiário de qualquer forma de regularização fundiária ou programa de assistência social, como o Minha Casa, Minha Vida;
- inscrever-se em concursos públicos ou processos seletivos para a nomeação em cargos, empregos ou funções públicas;
- ser nomeado em cargos públicos comissionados; e
- receber auxílios, benefícios e demais programas do governo federal.

O texto define invasão como ilícito permanente. Assim, ocupações atuais poderão estar sujeitas às restrições previstas na proposta.

A matéria segue para apreciação do Senado Federal.

CDU discute Autogestão de Moradia



Audiência Pública da CDU - 21/5/2024

A **Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)** da Câmara dos Deputados realizou audiência pública na terça-feira, 21/5, para discutir o [PL 4.216/2021](#), que cria o **Programa Nacional de Moradia por Autogestão**. A proposta decorre de uma sugestão da União Nacional por Moradia Popular, aprovada em 2021 pela Comissão de Legislação Participativa, que assumiu a autoria da iniciativa na Câmara.

O projeto de lei define diretrizes para o associativismo e o cooperativismo habitacionais, a fim de estimular essas práticas. O programa deverá financiar estudos, projetos e obras de moradias novas ou de reforma, urbanização e regularização fundiária para famílias com renda mensal de até R\$ 6 mil em áreas urbanas ou renda anual de R\$ 72 mil em áreas rurais.

Na autogestão, as obras serão controladas por associados de cooperativas ou de entidades sem fins lucrativos. Ao final, essas moradias acabarão registradas em nome dos associados e da organizadora, em regime de propriedade coletiva.

A discussão foi sugerida pelo deputado **Joseildo Ramos (PT/BA)**, relator do projeto na Comissão. Foram convidados representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério das Cidades, além de movimentos sociais por moradia. Durante a audiência, representantes da União Nacional por Moradia Popular e dos movimentos defenderam a matéria.

Se aprovado nesta Comissão, o [projeto de lei](#) passará por análise da Comissão de Finanças e Tributação, e, em seguida, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ao final, irá ao Plenário.

Legislativo Estadual

Frente Parlamentar defende construção de nova via entre Baixada e Capital

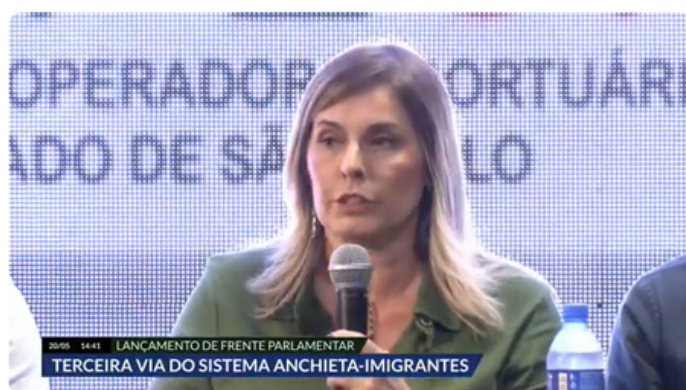


Lançamento da Frente Parlamentar da Terceira Via do Sistema Anchieta-Imigrantes - 21/5/2024

A Frente Parlamentar em Defesa da Implementação da Terceira Via de Ligação entre a Baixada Santista e a Capital Paulista, instalada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, esteve reunida em Santos na segunda-feira, 20/5, para discutir a criação de nova pista no Sistema Anchieta-Imigrantes.

A reunião de lançamento da Frente, coordenada pela deputada **Solange Freitas (União)**, contou com a presença de engenheiros, técnicos e de autoridades, além dos deputados Caio França (PSB) e Tenente Coimbra (PL), ambos representantes da Baixada Santista no Parlamento. O colegiado é composto por outros 21 parlamentares da Alesp.

Em mensagem encaminhada aos deputados, o governador Tarcísio de Freitas reconhece a “relevância do Porto de Santos, não só para a Baixada Santista, mas para o Estado de São Paulo e para o Brasil”, bem como a necessidade de investimentos em mais acessos rodoviário e ferroviário.



Freitas, durante a audiência pública - 21/5/2024

A pedido do governo do Estado, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), a Ecovias, concessionária que administra o sistema Anchieta-Imigrantes, estuda uma proposta para a nova ligação.

Durante a reunião, o secretário de Parcerias em Investimentos do Estado, Rafael Benini, falou sobre o anseio da população pela nova opção de mobilidade. "A gente ficou muito tempo esperando por essa ampliação de capacidade, essa nova ligação entre Planalto e Litoral".

O prazo para conclusão dos estudos de viabilidade é de 24 meses, que podem ser prorrogados por mais 12 meses. A estimativa inicial de investimento é de R\$ 6 bilhões e a conclusão da obra deve levar cerca de 4 anos.

Legislativo Municipal

Programa Integrado de Gestão de Arborização Urbana avança na CCJ



Reunião da CCJ - 22/5/2024

A **Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ)** da Câmara Municipal de São Paulo aprovou na quarta-feira, 22/5, o apensamento do [PL 23/2024](#), de autoria do ex-vereador Waldir Júnior (PSD) e coautoria da vereadora Edir Sales (PSD), que dispõe sobre o **Pigau (Programa Integrado de Gestão de Arborização Urbana) na capital paulista**, com foco na prevenção de quedas de árvores decorrentes de chuvas e ventos fortes nos meses de dezembro a março.

De acordo com o [projeto de lei](#), o programa contempla um conjunto de medidas preventivas e inovadoras para monitoramento e manejo eficiente da arborização urbana. Isso inclui o uso de tecnologias para monitoramento em tempo real de fatores como umidade do solo, inclinação, vibração e qualidade da vegetação.

A matéria prevê também que os dados coletados pelos sensores devem ser processados por algoritmos de inteligência artificial, permitindo análises preditivas para identificação antecipada de possíveis riscos de quedas.

Com a aprovação, a proposta tramitará apensada ao [PL 329/2018](#), de autoria do ex-vereador Natalini (PV) e coautoria dos vereadores Aurélio Nomura (PSDB) e Professor Toninho Vespoli (PSOL), que trata sobre **regras para a arborização urbana no município**. Com tramitação avançada, a matéria aguarda ser pautada para última discussão no plenário da Casa.

Mudança no calendário de reuniões

Ao final da reunião da CCJ, o presidente, vereador Xexéu Tripoli (União), anunciou que, a partir da próxima semana, as reuniões ordinárias da Comissão passarão a ser às terças-feiras, às 13h.

A decisão pela mudança foi anunciada na terça-feira, 21/5, no Colégio de Líderes.

Comissão amplia a renovação do Alvará de Licenciamento

A **Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica** da Câmara Municipal aprovou na quarta-feira, 22/5, o [PL 620/2021](#), de autoria do vereador André Santos (Republicanos) e coautoria do vereador Atílio Francisco (Republicanos), que altera a **renovação do alvará de funcionamento, passando a ser obrigatória a cada três anos**.

O projeto de lei acrescenta parágrafo único ao artigo 3º, da [Lei nº 10.205, de 4 de dezembro de 1986](#), para que a renovação da licença de funcionamento seja obrigatória a cada 3 anos para todas as atividades comerciais do Município, mantendo as exceções previstas na lei:



Reunião da Comissão de Transito - 22/5/2024

- I - quando ocorrerem alterações referentes ao tipo ou características da atividade, do Cadastro de Contribuintes Mobiliários – CCM ou da razão social do estabelecimento;
- II - Quando houver modificações na edificação utilizada;
- III - Por exigência de dispositivo legal.

O relator da matéria, vereador Adilson Amadeu (União), destacou a importância da medida: “A expedição e a correção dos alvarás são fundamentais, especialmente após a revisão do Plano Diretor. Este projeto é crucial tanto para a cidade quanto para os profissionais da construção”.

A proposta segue na [forma do substitutivo](#), aprovado em 27/9/2023, na Comissão de Administração Pública, para apreciação da Comissão de Finanças e Orçamento.